

A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA SAÚDE COLETIVA: DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

THE EFFECTIVENESS OF PUBLIC POLICIES IN COLLECTIVE HEALTH: CHALLENGES IN IMPLEMENTATION AND SUSTAINABILITY

Eixo Temático: Eixo Transversal

Carlos Lopatiuk

Doutor em Ciências Sociais pela UEPG e Doutorando em Desenvolvimento Comunitário pela UNICENTRO
carloslopatiuk@yahoo.com.br

Carla Emanuele Lopatiuk

Graduanda em Medicina pelo CENTRO UNIVERSITARIO CAMPO REAL, Guarapuava - PR
carla.emanuele2201@gmail.com

Jailson Pavin Sichieri Gessolo

Graduando em Medicina pela Universidad Abierta Interamericana (UAI)
jailson_paving@icloud.com

Hiago Lohan da Costa Pereira

Graduando em Enfermagem pela UNIP
hiagolohan0@gmail.com

Ana Larissa Bezerra Costa

Enfermeira Esp. em Obstétrica e Neonatologia pelo Centro Universitário INTA - UNINTA
amalarissa1@hotmail.com

Alexandre Almeida Rocha

Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas.
Universidade Estadual de Ponta Grossa, UEPG, Brasil.
Pesquisa continuada desenvolvida na UEPG junto ao MESTRADO em Direito e que propõe a discussão dos limites de atuação da jurisdição no que diz respeito às políticas públicas- Coordenador
Professor Adjunto da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Brasil

professor.alexandre.rocha@gmail.com

Viviane Maia Alves

Graduação em Psicologia pela Universidade Ceuma
psi.vivianemaia@gmail.com

Dálisson Silva da Costa

Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu Mestrado Profissional Interdisciplinar em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça - DHJUS. Graduando em Direito pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Graduado em Gestão de Saúde Pública pela Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera (UNOPAR)
dalissonsilvadacosta2019@gmail.com

Guilherme Angelino

Mestre em Sociologia e Políticas Sociais - Universidade do Minho
Mestre em Sociologia e Políticas Sociais pela Universidade do Minho, Portugal.
Ex-presidente da Comissão de Direitos Humanos e Assuntos Prisionais da OAB Subseção União da Vitória/PR.
Membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB/PR

RESUMO

Introdução: A saúde coletiva é essencial para o desenvolvimento socioeconômico das nações, sendo as políticas públicas determinantes para a melhoria da qualidade de vida da população. No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) enfrenta desafios relacionados ao subfinanciamento e à judicialização, comprometendo sua sustentabilidade. **Objetivo:** Analisar os principais desafios e fatores que influenciam a efetividade e sustentabilidade das políticas públicas na saúde coletiva, com foco na interdependência entre investimento em saúde, coordenação interinstitucional, participação comunitária e integração de objetivos socioambientais. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão narrativa realizada em bases de dados como PubMed, Scielo, Lilacs e Web of Science. Os critérios de inclusão consideraram estudos que abordassem a sustentabilidade das políticas públicas, enquanto os de exclusão eliminaram artigos não alinhados ao tema. Termos-chave como “políticas públicas de saúde” e “sustentabilidade em saúde coletiva” foram combinados com operadores booleanos. **Resultados e Discussão:** O investimento em saúde pública gera impactos positivos na economia, enquanto modelos como a Teoria do Processo de Normalização garantem a longevidade das intervenções. Desafios como o financiamento insuficiente e a resistência à mudança demandam estratégias de adaptação contínua e comunicação eficaz. O SUS exemplifica esses desafios, destacando a importância de ferramentas como o RAISE Tool para a autossuficiência dos governos. **Considerações Finais:** A sustentabilidade das políticas públicas depende de investimentos adequados, coordenação interinstitucional eficiente e participação social, consolidando ações que promovam o bem-estar da população de forma equitativa e duradoura.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas de saúde; Sustentabilidade em saúde coletiva; Sistema Único de Saúde; Participação comunitária; Financiamento em saúde.

ABSTRACT

Introduction: Public health is essential for the socioeconomic development of nations, with public policies being crucial for improving the population's quality of life. In Brazil, the Unified Health System (SUS) faces challenges related to underfunding and judicialization, compromising its sustainability. **Objective:** To analyze the main challenges and factors influencing the effectiveness and sustainability of public health policies, focusing on the interdependence between health investment, interinstitutional coordination, community participation, and the integration of socio-environmental objectives. **Methodology:** This is a narrative review conducted in databases such as PubMed, Scielo, Lilacs, and Web of Science. The inclusion criteria considered studies addressing the sustainability of public policies, while exclusion criteria eliminated articles not aligned with the theme. Keywords such as “public health policies” and “sustainability in collective health” were combined using Boolean

operators. **Results and Discussion:** Public health investment positively impacts the economy, while models like the Normalization Process Theory ensure the longevity of interventions. Challenges such as insufficient funding and resistance to change require continuous adaptation strategies and effective communication. The SUS exemplifies these challenges, highlighting the importance of tools like the RAISE Tool for government self-sufficiency. **Final Considerations:** The sustainability of public policies depends on adequate investments, efficient interinstitutional coordination, and social participation, consolidating actions that promote the population's well-being in an equitable and lasting manner.

KEYWORDS: Public health policies; Sustainability in collective health; Unified Health System; Community participation; Health funding.

1. INTRODUÇÃO

A saúde faz-se essencial no desenvolvimento socioeconômico das nações, visto que políticas públicas eficazes contribuem diretamente para a melhoria da qualidade de vida da população. Investimentos em saúde, aliados à implementação de ações baseadas em evidências, têm o potencial de gerar impactos positivos tanto na saúde quanto na economia (Dyakova et al., 2017). Entretanto, a sustentabilidade dessas políticas enfrenta desafios complexos, relacionados à coordenação interinstitucional, participação comunitária e integração de objetivos ambientais e sociais (Walugembe et al., 2019; Permana, 2024). Nesse contexto, compreender os fatores que influenciam a efetividade e a permanência dessas intervenções torna-se essencial para garantir benefícios duradouros.

A relevância do tema justifica-se pelo papel estratégico das políticas de saúde coletiva na promoção da equidade e no fortalecimento dos sistemas de saúde. O Sistema Único de Saúde (SUS), por exemplo, representa um marco na garantia do acesso universal à saúde no Brasil, mas enfrenta desafios relacionados ao subfinanciamento e à judicialização, o que compromete sua sustentabilidade a longo prazo (Santos; Alves, 2016). A busca por soluções que viabilizem a continuidade das políticas públicas, aliada ao uso de ferramentas de gestão, como o RAISE Tool, contribui para tornar os governos mais autossuficientes e eficientes na alocação de recursos (Malik et al., 2022). Dessa forma, investigar os elementos que favorecem a implementação e sustentabilidade das políticas de saúde é fundamental para orientar gestores e formuladores de políticas.

O objetivo deste estudo é analisar os principais desafios e fatores que influenciam a efetividade e sustentabilidade das políticas públicas na saúde coletiva, com foco na

interdependência entre investimento em saúde, coordenação interinstitucional, participação comunitária e integração de objetivos socioambientais. Para isso, será realizada uma revisão narrativa, visando sintetizar o conhecimento existente e contribuir para o aprimoramento das ações voltadas à promoção da saúde e ao desenvolvimento sustentável.

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como uma revisão narrativa, cujo objetivo é analisar e sintetizar o conhecimento existente sobre a efetividade das políticas públicas na saúde coletiva, com ênfase nos desafios relacionados à implementação e sustentabilidade. A revisão foi conduzida por meio da análise de literatura especializada, selecionada com base na relevância dos estudos e no alinhamento com a temática proposta. Foram incluídas publicações indexadas em bases de dados científicas reconhecidas, priorizando artigos publicados em periódicos revisados por pares.

Os critérios de inclusão compreenderam estudos que abordassem o impacto do investimento em saúde pública, a influência de fatores ambientais, os desafios de coordenação interinstitucional, a participação comunitária e a integração de objetivos de sustentabilidade nas políticas de saúde. Foram excluídas publicações que não apresentassem abordagens teóricas consistentes ou que não se alinhassem ao foco da pesquisa. A seleção dos estudos foi realizada a partir da leitura dos títulos, resumos e, posteriormente, do texto completo, a fim de garantir a pertinência e a qualidade das evidências analisadas.

Como instrumentos de coleta de dados, utilizaram-se descritores específicos relacionados à saúde coletiva, sustentabilidade e políticas públicas, aplicados de forma combinada para ampliar a abrangência da busca. A análise dos dados foi conduzida por meio da categorização temática dos achados, visando identificar padrões, divergências e contribuições dos estudos para o avanço do conhecimento na área.

Considerando a natureza da pesquisa, não houve a necessidade de aprovação por Comitê de Ética em Pesquisa, uma vez que não foram realizados procedimentos envolvendo seres humanos ou animais. Dessa forma, o estudo pautou-se na análise crítica da literatura disponível, respeitando os princípios éticos e científicos que orientam as revisões narrativas.

As bases de dados consultadas incluíram PubMed, Scielo, Lilacs e Web of Science, selecionadas devido à relevância e abrangência de seus acervos na área da saúde pública. A busca foi realizada utilizando termos-chave em português e inglês, como “políticas públicas de

saúde”, “sustentabilidade em saúde coletiva”, “intersectorialidade”, “desafios de implementação” e “financiamento em saúde”. Para otimizar os resultados, aplicou-se o uso de operadores booleanos, combinando os descritores com AND, OR e NOT. Exemplos de estratégias de busca incluem: (“políticas públicas de saúde” AND “sustentabilidade”) OR (“intersectorialidade” AND “saúde coletiva”) NOT “saúde privada”. Dessa forma, garantiu-se a abrangência na seleção de estudos, mantendo o foco na temática proposta.

3. RESULTADOS

Os resultados obtidos a partir dos achados evidenciam a interdependência entre o investimento em saúde pública e o desenvolvimento sustentável, demonstrando que a alocação de recursos em políticas baseadas em evidências não apenas promove soluções eficazes, mas também gera impactos positivos na economia, consolidando a saúde como vetor estratégico para o crescimento socioeconômico (Dyakova et al., 2017). Nesse contexto, o aporte financeiro em programas de saúde coletiva, aliado à adoção de abordagens teóricas consistentes, contribui para a longevidade das intervenções, assegurando que os benefícios sejam mantidos ao longo do tempo.

Modelos como a Teoria do Processo de Normalização e o *Dynamic Sustainability Framework* oferecem referenciais sólidos para estruturar ações sustentáveis, evidenciando que a perenidade dos resultados depende da incorporação desses princípios desde a concepção das políticas (Walugembe et al., 2019).

A dimensão ambiental, por sua vez, revela-se indissociável da saúde coletiva, visto que melhorias na qualidade do ar e da água resultam em reduções expressivas das taxas de morbidade e mortalidade relacionadas à poluição como aponta Adanma e Ogunbiyi (2024), configurando-se como exemplo tangível da eficácia das políticas ambientais. Entretanto, a implementação dessas medidas enfrenta desafios estruturais, destacando-se a necessidade de uma coordenação interinstitucional eficaz, capaz de articular os diferentes setores envolvidos, bem como de promover a participação ativa da comunidade (Permana, 2024). A superação dessas barreiras requer estratégias que contemplem a cooperação entre os atores sociais, a flexibilização das normas para se adequarem às realidades locais e o uso da tecnologia como instrumento de transparência e engajamento.

Nesse panorama, a integração dos objetivos de sustentabilidade às políticas de saúde emerge como fator determinante para a melhoria contínua do sistema, evidenciando a

relevância da participação dos profissionais de saúde na formulação e implementação das ações (D'Arrábida, 2023). A experiência de Portugal ilustra que o envolvimento desses profissionais não apenas contribui para a eficácia das políticas, mas também fortalece a adesão da população, consolidando uma cultura de saúde preventiva e participativa. Tal envolvimento amplia a capacidade do sistema de saúde em responder de forma proativa às demandas da população, promovendo intervenções orientadas não apenas para o tratamento de doenças, mas também para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida. Para que esses avanços se traduzam em benefícios equitativos, faz-se necessário planejar a sustentabilidade desde o início das intervenções, estabelecendo mecanismos de monitoramento contínuo que garantam a inclusão das populações mais vulneráveis, assegurando que os ganhos obtidos alcancem todas as camadas sociais (Shelton et al., 2023). Nesse sentido, o uso de indicadores de desempenho e de ferramentas de avaliação de impacto, aliados a processos de feedback contínuo, permite ajustar as políticas em tempo hábil, aumentando sua eficácia e legitimidade perante a sociedade.

Contudo, persistem obstáculos que limitam a sustentabilidade das políticas públicas, sendo o financiamento insuficiente e a resistência à mudança os principais entraves. O subfinanciamento compromete a manutenção das infraestruturas de saúde, a capacitação dos profissionais e o acesso a tecnologias inovadoras, dificultando a implementação de ações preventivas e terapêuticas em larga escala. A resistência à mudança, por sua vez, decorre de fatores

culturais, institucionais e individuais, exigindo estratégias de sensibilização que abordem não apenas os benefícios das políticas propostas, mas também os riscos da inércia. A superação dessas dificuldades demanda uma comunicação clara e persuasiva, capaz de sensibilizar a sociedade sobre a importância dos investimentos em saúde pública, bem como ações educativas voltadas à quebra de paradigmas arraigados (Altman, 2009). Campanhas de conscientização, aliadas à divulgação transparente dos resultados obtidos, contribuem para fortalecer o apoio da população e dos gestores públicos, criando um ambiente favorável à continuidade das ações. Paralelamente, torna-se indispensável a adaptação contínua das políticas, ajustando-as às transformações demográficas, epidemiológicas e socioeconômicas, de modo a garantir sua pertinência e eficácia ao longo do tempo. A flexibilidade das políticas, aliada à capacidade de resposta rápida às crises emergentes, assegura que o sistema de saúde se mantenha resiliente e preparado para enfrentar os desafios do futuro, consolidando-se como um pilar essencial para o desenvolvimento sustentável.

No contexto brasileiro, o Sistema Único de Saúde (SUS) exemplifica os desafios inerentes à sustentabilidade das políticas públicas, enfrentando o subfinanciamento agravado pela crise econômica e pela crescente judicialização da saúde (Santos; Alves, 2016). A busca por soluções para esses problemas requer a definição de diretrizes claras e a garantia de recursos adequados, consolidando o papel das políticas públicas na promoção da saúde coletiva (Costa et al., 2024). Nesse sentido, o *RAISE Tool* tem se mostrado eficaz ao apoiar governos locais na autoavaliação de seus programas, promovendo a autossuficiência e a gestão eficiente dos recursos disponíveis (Malik et al., 2022).

A implementação do conceito de “*Health in All Policies*” fortalece a intersectorialidade das ações, incentivando a colaboração entre diferentes setores para alcançar objetivos comuns (Molnár et al., 2016). A adoção de estratégias de “win-win” não apenas amplia a viabilidade das intervenções, mas também potencializa seus efeitos, ao integrar saúde, meio ambiente, educação e desenvolvimento econômico em um ciclo virtuoso de benefícios mútuos. Para que essas estratégias sejam bem-sucedidas, é essencial considerar a aceitação social das políticas e o engajamento das partes interessadas, uma vez que o alinhamento entre os diferentes valores e interesses contribui para a legitimação das ações e para a maximização de seus impactos (Littlejohns et al., 2019).

Por fim, a valorização das intervenções de saúde pública constitui um fator determinante para assegurar investimentos sustentáveis, evidenciando o retorno social das ações implementadas. O projeto *Evidencing Value* exemplifica essa abordagem ao utilizar soluções digitais para demonstrar os benefícios gerados, facilitando a alocação de recursos e reforçando o compromisso

político com a saúde coletiva (Dyakova et al., 2020). Dessa forma, a conjugação de investimentos adequados, abordagens teóricas sólidas, coordenação interinstitucional eficiente e participação comunitária configura-se como a base para a construção de políticas públicas sustentáveis, capazes de promover o bem-estar da população e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico de forma equitativa e duradoura (Malam; Jalo, 2020; Botines; Baiges, 2010).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados e discussões apresentados evidenciam a relevância do investimento em saúde pública para o desenvolvimento socioeconômico sustentável, ressaltando a necessidade

de políticas baseadas em evidências, capazes de gerar benefícios duradouros para a população. A adoção de abordagens teóricas sólidas, aliada à integração dos objetivos de sustentabilidade, contribui para a eficácia das intervenções, desde que planejadas com mecanismos de monitoramento contínuo e atenção às populações mais vulneráveis. A dimensão ambiental e a intersetorialidade, representadas pela melhoria na qualidade do ar e da água e pela aplicação do conceito “Health in All Policies”, demonstram a importância da colaboração entre setores distintos para potencializar os resultados em saúde coletiva.

Entretanto, desafios como o subfinanciamento, a resistência à mudança e a necessidade de maior coordenação interinstitucional exigem ações coordenadas, comunicação eficaz e adaptação contínua das políticas. No contexto brasileiro, o SUS exemplifica tanto o impacto positivo das políticas públicas quanto as limitações impostas por restrições orçamentárias e judicialização. Ferramentas como o RAISE Tool e projetos que evidenciam o valor das intervenções, como o Evidencing Value, são fundamentais para fortalecer a autossuficiência dos governos locais e justificar o investimento contínuo em saúde pública.

Assim, conclui-se que a sustentabilidade das políticas de saúde coletiva depende da conjugação de investimentos adequados, engajamento social e compromisso político, consolidando ações que promovam o bem-estar da população de forma equitativa e duradoura. A superação dos desafios identificados exige uma atuação articulada e flexível, capaz de integrar saúde, meio ambiente e desenvolvimento econômico em um ciclo virtuoso, garantindo que os benefícios obtidos sejam mantidos ao longo do tempo e alcancem todas as camadas da sociedade.

REFERÊNCIAS

ADANMA, U. M.; OGUNBIYI, E. O. The public health benefits of implementing environmental policies: A comprehensive review of recent studies. **International Journal of Applied Research in Social Sciences**, 2024.

ALTMAN, D. Challenges in Sustaining Public Health Interventions. **Health Education & Behavior**, v. 36, p. 24-28, 2009.

BOTINES, M. P.; BAIGES, J. Working toward sustainable public health through the interrelation between ambiental and social factors: SESPAS report 2010. **Revista Portuguesa De Pneumologia**, v. 24, p. 74-77, 2010.

COSTA, A. C. M. S. F. et al. The function of public policies in consolidating collective health programs in Brazil. **CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES**, 2024.

D'ARRÁBIDA, C. M. Sustainability in quality and health safety: interface of public policies in Portugal. **South Florida Journal of Development**, [S. l.], v. 4, n. 7, p. 2859–2870, 2023. DOI: 10.46932/sfjdv4n7-024. Disponível em: <https://ojs.southfloridapublishing.com/ojs/index.php/jdev/article/view/3093>. Acesso em: 25 feb. 2025.

DYAKOVA, M. et al. Evidencing value of public health programmes to enable sustainable investment for health & wellbeing. **European Journal of Public Health**, v. 30, 2020.

DYAKOVA, M. et al. Investment for health and well-being: a review of the social return on investment from public health policies to support implementing the Sustainable Development Goals by building on Health 2020. **HEALTH EVIDENCE NETWORK SYNTHESIS REPORT**, No. 51, 2017.

LITTLEJOHNS, P. et al. Creating sustainable health care systems. **Journal of Health Organization and Management**, v. 33, p. 18-34, 2019.

MALAM, B.; JALO, A. I. Global Challenges on Environmental Sustainability: A Reflection on Policies and Applications. **The International Journal of Humanities & Social Studies**, 2020.

MALIK, M. et al. RAISE: A Management and Organizational Sustainability Tool for Local Governments to Systematically Self-Evaluate the Effectiveness of Their Programs. **Journal of Public Health Management and Practice**, v. 28, p. 550-558, 2022

MOLNÁR, Á. et al. Using Win-Win Strategies to Implement Health in All Policies: A Cross-Case Analysis. **PLoS ONE**, v. 11, 2016.

PERMANA, D. Implementation of Public Policy to Achieve Sustainable Development: Challenges and Strategies. **Khazanah Sosial**, 2024.

SANTOS, A. de O.; ALVES, S. M. C. Public Health System in Brazil nowadays: challenges for its operation and funding. **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, v. 5 n. 3, 2016.

SHELTON, R. C.; HAILEMARIAM, M.; IWELUNMOR, J. Making the connection between health equity and sustainability. **Frontiers in Public Health**, v. 11, 2023.

WALUGEMBE, D. et al. Sustainability of public health interventions: where are the gaps? **Health Research Policy and Systems**, v. 17, 2019.